

MEMÓRIAS E IMPRESSÕES DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE TRÊS LAGOAS -MS E AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, GÊNERO E RAÇA

MEMORIES AND IMPRESSIONS OF DOMESTIC WORKERS OF TRÊS LAGOAS - MS AND RELATIONSHIPS BETWEEN WORK, GENDER AND RACE

Anderson V. Santos¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as memórias e impressões de trabalhadoras domésticas da cidade de Três Lagoas - MS e região, coletadas por meio de entrevistas realizadas com 4 trabalhadoras residentes em Três Lagoas - MS e Brasilândia - MS. As análises permearam as categorias de trabalho, gênero e raça, ainda que a metodologia empregada, isto é, a História Oral, também permite apreender outras nuances da memória, da história e da vida dessas mulheres.

Palavras-Chave: Trabalhadoras domésticas; memórias; interseccionalidade.

Abstract: This article aims to analyze the memories and impressions of domestic workers of the city of Três Lagoas - MS and region, extracted through interviews with 4 workers living in Três Lagoas and Brasilândia -MS. The analyses permeated the categories of work, gender and race, although the methodology employed, that is, the Oral History, also allows us to grasp other nuances of the memory of the history and life of these women.

Keywords: Domestic workers; memories; intersectionality.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as relações de trabalho doméstico no Brasil passaram por uma série de mudanças, principalmente, devido a implementação da Emenda Constitucional de nº 72/2013 pela Lei Complementar 150/2015, que realizou uma importante ampliação dos direitos para essa categoria. Entretanto, as relações de poder exercidas pela grande maioria dos (as) empregadores (as) sob as trabalhadoras domésticas ainda são pautas de calorosas discussões que vão desde os meios acadêmicos e jurídicos, até as redes sociais, entre outros espaços comuns onde as discriminações de gênero, raça e classe se expressam. É possível relacionar esses processos ao passado escravista brasileiro, uma vez que o trabalho doméstico, mesmo tendo sido reconhecido como trabalho há mais de oitenta anos, somente em 2015,

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestrando em História pela FCL-UNESP/Assis -SP, sob orientação de Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva. E-mail: anderson.v.santos@unesp.br

conquistou direitos básicos trabalhistas como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), cerca de oitenta anos após a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Não obstante, até mesmo em dias atuais, nos deparamos com casos de trabalho explicitamente análogos a escravidão, onde pessoas são obrigadas a trabalharem na casa de seus “respectivos patrões” em troca de comida e local de moradia.²

Com base nas memórias e impressões obtidas através de entrevistas realizadas com quatro mulheres trabalhadoras domésticas, residentes nas cidades de Três Lagoas e Brasilândia, juntamente com alguns dados e informações extraídos por meio da pesquisa bibliográfica, analisaremos como se manifesta, na vida e na memória, essa relação entre trabalho, gênero e raça, no que tange o trabalho doméstico na atualidade. Esses dados e entrevistas, utilizados como fontes, foram levantados a partir do projeto de pesquisa de iniciação científica (PIBIC), realizado entre agosto de 2017 e julho de 2018, em Três Lagoas – MS.

As trabalhadoras domésticas sofreram e sofrem até hoje com a precariedade do trabalho e com os preconceitos de gênero, classe e raça no Brasil, onde a desigualdade social é uma das características mais visíveis na marginalização histórica das mulheres que atuam nessa categoria. Mesmo com todo o histórico de lutas sociais voltadas para a garantia dos direitos das mulheres e dos direitos trabalhistas como um todo, o debate sobre a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho continua sendo uma questão atual de suma importância. Apesar da existência dessa nova legislação em vigor a partir de 2015, que em tese garante as condições mínimas para as mulheres trabalhadoras domésticas, as propostas abusivas de “trabalho” (que mais soam como resquílios da escravidão) são recorrentes, fazendo surgir muitas denúncias por parte dessas trabalhadoras, em meios de comunicação como, por exemplo, a página “Eu empregada Doméstica”³ hospedada na rede social *Facebook* e administrada pela ex-trabalhadora doméstica Joyce Fernandes, que também é conhecida como Preta Rara.

Para além de uma ótica voltada apenas para os direitos trabalhistas e aos direitos das mulheres, esse projeto teve ainda como objetivo fazer uma análise classista e racial que ultrapassasse os limites do recorte de gênero, mas que poderia ser discutido com a mesma

²Vide muitos casos de trabalho análogos a escravidão no Brasil que tem ganhado repercussão nacional, como por exemplo, o caso que “estourou” recentemente na grande mídia, onde uma mulher negra foi resgatada pelo MPT na cidade Pato de Minas-MG onde realizava trabalho doméstico em troca de comida e moradia na propriedade de um professor universitário. Ver mais em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/25/madalena-gordiano-trajetoria.htm> Acesso em: 03/02/2021.

³A página foi criada em julho de 2016 pela ex-trabalhadora doméstica Joyce Fernandes (Preta Rara). Conferir mais em: <https://www.facebook.com/euempgadadomestica>.

proporcionalidade, uma vez que estamos falando de uma profissão em que a grande maioria das trabalhadoras domésticas são negras e periféricas. No decorrer do presente trabalho, apresentaremos alguns trechos dos relatos dessas trabalhadoras domésticas, resultado da experiência da investigação. Tomamos as entrevistas (na captura das memórias de trabalhadoras domésticas acerca das suas experiências de trabalho), também como forma de contribuir para a apresentação de novas fontes para os problemas suscitados.

A principal metodologia utilizada no processo da pesquisa foi a História Oral, aliada à utilização de algumas referências bibliográficas acerca da história dos mundos do trabalho, bem como das perspectivas interseccionais. Através da História Oral, que consiste na investigação por meio da captura e transcrição direta de entrevistas com os sujeitos em questão, foi realizada uma série de quatro entrevistas, nesse caso, com mulheres trabalhadoras domésticas na região de Três Lagoas-MS. A História Oral é reconhecida no campo historiográfico por trazer a voz de sujeitos excluídos, contra a tradição positivista e elitista das fontes oficiais na historiografia tradicional. Philippe Joutard, em conferência sobre os desafios e as potencialidades da História Oral, nos brinda com a seguinte afirmação, entendida por nós como forma de convite:

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os "derrotados". Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. Já conhecemos o papel representado pela história oral no desenvolvimento de uma verdadeira história das mulheres, Gender History (História de gênero), que foi um dos grandes temas do último congresso internacional de ciências históricas de Montreal. Não tenho preocupação quanto a este ponto: o lugar e a importância das mulheres no progresso da história oral representam uma garantia. Mas, há, ainda, o mundo operário e o camponês - e o dos emigrantes. É preciso ir além, e seguindo os conselhos de nossa presidente, em sua comunicação ao congresso de Montreal, dar a palavra - amplamente - aos analfabetos e ao mundo da pobreza extrema: todos os que tiveram esta experiência conhecem a qualidade de certos diálogos, a justeza do tom e a riqueza dos testemunhos. Há, porém, além desses, o mundo dos deficientes, das crianças; tudo que é humano é nosso, e é preciso fazer recuar as fronteiras. Nossa conferência dá vários exemplos em todos os campos que acabo de evocar⁴.

Vale destacar aqui, para combater as críticas de um possível excesso de subjetividade, que a metodologia é permeada de etapas, processos e procedimentos que a colocam no rigor

⁴ JOUTARD, Philippe. Desafios da história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta; FERNANDES, Tânia Maria e ALBERTI, Verena. (Orgs) **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.32.

científico necessário a qualquer pesquisa⁵, pautada no estatuto do real e na inexistência da neutralidade da ciência. No decorrer desse presente trabalho buscaremos evidenciar esses relatos, dando ênfase a voz dessas mulheres, uma vez que para uma análise das relações entre trabalho, gênero e raça, seja de suma importância o uso do que se convencionou chamar de *história vista de baixo*, como perspectiva de uma história sensível aos sentidos atribuídos pelos próprios sujeitos⁶ e que fuja da exclusividade das fontes oficiais, patronais e elitistas que causaram tanto o silenciamento histórico das trabalhadoras domésticas quanto a própria manutenção desse sistema patriarcal que segue tratando as mulheres como objetos de explorações sexuais e serviços .

Para a compreensão das categorias e suas relações com a realidade experimentada por essas mulheres, também percebemos a necessidade de dialogarmos amparados pelo referencial teórico da centralidade do trabalho, compreendendo-o como centro nevrálgico das relações humanas e, portanto, sociais, de gênero e raça também convergem.

INTERSECCIONALIDADE: AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO GÊNERO E RAÇA

No decorrer do processo de pesquisa histórica que temos realizado acerca do trabalho doméstico no Brasil, notamos a necessidade de fazer uso de uma perspectiva interseccional entre gênero, raça e classe, para analisar a história de vida das mulheres trabalhadoras domésticas. Inicialmente, estávamos nos detendo em uma análise classista acerca do trabalho doméstico no Brasil, principalmente sob o aporte teórico de autoras feministas marxistas. No entanto, apesar de compreendermos a importância dessas contribuições para a historiografia, percebemos que haviam algumas lacunas que deveríamos tentar preencher a partir de abordagens que discutem mais a fundo sobre as questões étnico-raciais. Optamos por fazer uso da Interseccionalidade entre as categorias gênero, raça e classe, uma vez que a maioria das trabalhadoras domésticas a exercerem a função no Brasil, é constituída por mulheres negras, e esses dados nos trazem muitos problemas que as teorias ocidentais por si só, não seriam capazes de nos ajudar a preencher essas lacunas.

⁵ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

⁶Sobre essa perspectiva teórico-metodológica recomendamos as leituras de: HOBBSAWM, Eric. **A História vista de baixo para cima**. In. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; SHARPE, Jim. **A História vista de baixo**. In: BURKE, P. (Org.). Escrita da História: Novas perspectivas. São Paulo, Edunesp, 1992; e THOMPSON, E. P. **A História Vista de Baixo**. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: Unicamp, 2001

Ao traçar como um dos nossos principais objetivos, discutir o trabalho doméstico sobre um viés interseccional de onde as questões de gênero, raça e classe se inter cruzam, nos aproximamos das realidades cotidianas que encontramos nos relatos das trabalhadoras que entrevistamos. Compreendemos que o papel realizado pelas feministas de segunda onda no Ocidente, foi de suma importância para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas em diversos campos da historiografia, sobretudo nos mundos do trabalho. Silvia Federici nos ajuda a refletir sobre a importância da política feminista da década de 1970, que faz um contraponto a essa tese de que a emancipação das mulheres se daria por meio do trabalho assalariado, o que para muitas feministas dessa época já era considerado inaceitável⁷. Para essas mulheres engajadas nas lutas feministas da década de 1970, o trabalho doméstico não remunerado (ou menos remunerado) que as mulheres desempenham, “tem sido um dos principais pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”⁸. Nesta perspectiva, a subordinação das mulheres aos homens no capitalismo é a causa da não remuneração ou desvalorização remuneratória do trabalho doméstico, portanto não é a natureza “improdutiva” do mesmo, mas sim “a dominação masculina é baseada no poder que confere aos homens”⁹. Apesar de situar prioritariamente o trabalho doméstico não remunerado, o distanciamento do objeto de Federici, nesta abordagem, constitui mais uma expressão da complexidade e das camadas de exploração e opressão que podemos apontar na pesquisa. As relações entre patrões e empregadas situam-se nesse nó, por exemplo.

Além disso, em “Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul: problematizando o trabalho doméstico (1970 – 1989)”, Soraia Carolina de Mello traz à tona diversos dados e informações a respeito dessas relações do trabalho doméstico no tocante à exploração. Sobre o problema de valorar o trabalho reprodutivo característico do trabalho doméstico, ela aponta:

Cristina Torres comenta em 1988 que, ao se analisar o trabalho doméstico, a questão não é se ele é trabalho no sentido de “atividade do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades”, porque nessa definição ele se enquadra muito bem. O problema seria aquilo que o trabalho doméstico não é: ele não tem ciclos de acumulação, não estabelece relações assalariadas e seus produtos não têm preço no mercado. A partir disso a autora apresenta dois problemas centrais na desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: a dificuldade para medição desse trabalho em termos estatísticos (comentada no item

⁷ Ibid., p.11

⁸ Ibid., p.12.

⁹ Ibid., p.12.

anterior), e a subestimação de índole cultural que recai sobre o trabalho doméstico.¹⁰

Mello ressalta que em relação ao trabalho doméstico, alguns estudos feministas (cada um com sua particularidade e com suas divergências teóricas) dialogam, no que tange a afirmação de que o trabalho doméstico trata-se de um trabalho produtivo, realizado diariamente de forma gratuita pela grande maioria de mulheres no bojo da família, em que essa força de trabalho, de certo modo, sofre uma espécie de naturalização por parte dessa visão sexista e patriarcal que considera essa uma tarefa “natural de mulheres”. Consideramos também Saffioti¹¹, para quem essas relações de trabalho feminino variam de acordo com a sua classe social. No caso da mulher operária, mesmo quando possui um emprego remunerado em que exerce alguma outra função fora de sua casa, ela continua sendo responsabilizada pelas tarefas domésticas, tais como: cozinhar, limpar a casa, lavar a louça, as roupas, dentre outros afazeres, o que acaba por configurar o que chamamos de duplas, ou triplas e até mesmo quadruplas jornadas de trabalho, variando de acordo com cada particularidade dessas famílias. Dentre as relações de trabalho, essa naturalização da tarefa doméstica remonta-se ainda ao preconceito de desigualdade de gênero, tão enraizada na cultura machista em que a sociedade está submetida desde os tempos primórdios da humanidade e mais especificamente, do advento da *propriedade privada*¹². Soraia Carolina de Mello aponta a partir de uma citação do periódico argentino *Brujas*, também sobre a importância dos estudos feministas que junto aos “economistas do terceiro mundo”

(...) descobriram que a acumulação capitalista resultante da mais-valia (aquela extraída exclusivamente do trabalho mercantil) se alimenta também na acumulação permanente de base, ou seja, aquela baseada na exploração do trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres no lar, trabalho que permite a produção e reprodução da força de trabalho do marido e filhos a menor custo.- Por fim, todos esses estudos colocam em evidência que a produção doméstica é uma categoria econômica e não uma fatalidade biológica.¹³

Como vimos, essas discussões realizadas a partir da teoria feminista ocidental, trouxeram à tona uma série de contribuições para que o trabalho doméstico passasse a ser

¹⁰MELLO, Soraia Carolina de. **Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul**: Problematizando o trabalho doméstico (1970 – 1989), 2010, p.96.

¹¹ SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica)

¹² ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3a. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

¹³ Ibid., MELLO, p.10.

analisando sobre outras perspectivas, mais atreladas a uma questão de gênero e às questões de classe em alguns casos. No entanto, conforme já salientamos, ainda consideramos necessário apontar com maior especificidade, as categorias que se mostram relevantes no tocante às relações entre trabalho, gênero e raça acerca do trabalho doméstico. Para além da questão do gênero e da classe, entendemos a necessidade de discutirmos raça nesse texto, pois, conforme ressalta Ávila¹⁴ 61% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras. A autora salienta ainda que a configuração do trabalho doméstico no Brasil possui uma herança histórica desde o período escravocrata, que nos permitiria observar uma das possíveis causas do trabalho doméstico do século XXI ainda carregar resquícios análogos ao período da escravidão.

O trabalho doméstico como trabalho remunerado no Brasil, foi conformado na imbricação das relações sociais de sexo, raça, e de classe. Uma análise crítica da trajetória do emprego doméstico evidencia que essa relação de trabalho foi tecida pelos fios da dominação e da exploração patriarcal e racista que estão incontornavelmente atados à formação do sistema capitalista no país.¹⁵

Para compreendermos melhor as relações entre trabalho, gênero e raça, diante a desvalorização do trabalho doméstico, se faz necessário analisarmos alguns aspectos importantes como, por exemplo, entender de que forma se dão as intersecções entre a exploração social do trabalho, a invisibilidade, o racismo e o preconceito de gênero que são exercidos sob a categoria em questão.

De acordo com Akotirene, o termo interseccionalidade, foi cunhado epistemologicamente, pela advogada e professora de Direito Kimberlé Crenshaw, ao final da década de 1980, quando publicou o artigo “*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Theory and Antiracist Politics*”,¹⁶ De acordo com a definição de Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram

¹⁴ ÁVILA, Maria Betânia. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs) **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas internacionais**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁵ Ibid., p. 138.

¹⁶ AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro ; Pólen (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro), p.58, 2019.

opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.¹⁷

A interseccionalidade como proposta metodológica de análise para a presente pesquisa, nos ajuda a localizar as camadas de opressões que se inter cruzam umas entre as outras em cada caso relatado pelas trabalhadoras que entrevistamos. No artigo Gênero, patriarcado, trabalho e classe, Helena Hirata cita a autora Sirma Bilge que traz uma importante síntese sobre o conceito de interseccionalidade:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.¹⁸

Foi a partir das entrevistas com as trabalhadoras domésticas que nos cederam os seus relatos que compreendemos melhor sobre essa “interação na produção e reprodução das desigualdades sociais”, conforme mencionadas por Bilge¹⁹. Após a segunda entrevista ter sido realizada com a ex-trabalhadora doméstica, Marciana Santiago, percebemos a responsabilidade em enfatizarmos o conceito de raça, no que tange a questão do racismo imposto a essa categoria. Conforme a filósofa e ativista Angela Davis ressalta em sua obra *Mulheres, raça e classe*²⁰, os preconceitos de gênero, classe e raça acerca do trabalho doméstico estão presentes desde o seio familiar até os meios sociais e profissionais, pois além de ser uma tarefa normalmente imposta à mulher, o trabalho doméstico é um trabalho habitualmente depreciado em todos os aspectos. Em uma sociedade imbricada no sistema capitalista, diante a lógica de produção e acúmulo de capital, esse trabalho, aparentemente, não gera nenhum produto e com isso acaba sendo completamente desvalorizado, conforme salienta:

¹⁷ CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. p.177. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 19/01/2021

¹⁸ BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l’intersectionnalité. Diogenes, 1 (225): 2009. p. 70-88, in HIRATA, Helena. **Gênero, patriarcado, trabalho e classe**. Trabalho necessário, ano 16, n. 29, p. 14-27, 2018.

¹⁹ Ibid., p.70.

²⁰ DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe** /Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

As inúmeras tarefas conhecidas coletivamente como “tarefas domésticas” - cozinhar, lavar a louça, lavar roupa, fazer a cama, varrer, comprar, etc – aparentemente consomem três a quatro mil horas anuais de uma dona de casa. Tão surpreendente quanto essa estatística poderá ser o facto do mesmo não contabilizar a variável inquantificável que as mães devem dar atenção aos seus filhos. Assim como os deveres maternos da mulher são tomados como garantidos, também a interminável labuta da dona de casa é raramente apreciada dentro do seio familiar. O trabalho doméstico é virtualmente invisível. “Ninguém nota a não ser que não esteja feito”- Nós notamos a cama desfeita, mas não o chão esfregado e polido”. Invisível, repetitivo, exaustivo, improdutivo, não criativo- Estes são os adjetivos que a maioria capta da natureza das tarefas domésticas.²¹

Para Davis, o trabalho doméstico, além de ser muito desvalorizado, é um trabalho praticamente invisível aos olhos da maior parte da sociedade, que, naturalmente, julga o trabalho doméstico como obrigação única e exclusiva da mulher. Nesse sentido, na convergência destas questões teóricas levantadas, interseccionam-se de forma aguda as problemáticas das trabalhadoras domésticas pois acumulam-se, como que em camadas, explorações aqui anunciadas: a desvalorização do trabalho doméstico como trabalho, a opressão da mulher como gênero e a exploração das pessoas negras como raça. Todas estas formas de exploração estão manifestas num único sujeito social, levando-nos a compreender nossos sujeitos de pesquisa como símbolos, ainda, da força e da resistência que dá a dimensão dialética de nossa sociedade. Suas vozes devem ser compreendidas, portanto, aqui, como novas fontes para o compromisso da História com o conhecimento da realidade e a proposição de sua superação.

ENTREVISTAS: AS MULHERES, SUAS MEMÓRIAS E A INTERSECCIONALIDADE NO ÂMBITO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Como observamos na introdução, essa pesquisa foi embasada pela metodologia da história oral, que consiste no processo de realização de entrevistas e na transcrição das mesmas, o que nos possibilita escutar a voz de sujeitos comuns, nesse caso em específico, as trabalhadoras domésticas. Essas entrevistas foram realizadas com quatro mulheres, em um dos casos, uma ex- trabalhadora doméstica e nos outros três casos, mulheres que ainda exercem a função como empregadas domésticas remuneradas.

Esse trabalho foi realizado entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018. Um dos pontos que gostaríamos de destacar, é que durante esse período de quase cinco meses

²¹ Ibid, p.236.

destinado às entrevistas, enfrentamos uma grande dificuldade em encontrarmos trabalhadoras que se colocassem à disposição de ceder os seus relatos. Mesmo deixando evidente a preservação da identidade dessas trabalhadoras, é notável a preocupação das mesmas, uma vez que demonstraram não se sentirem à vontade para falarem com uma pessoa desconhecida sobre os seus respectivos trabalhos, talvez, pelo receio de perderem seus empregos ou serem prejudicadas por seus respectivos empregadores.

Partindo para a entrevistas dessas trabalhadoras, iniciaremos com a primeira empregada doméstica que aceitou o nosso convite e se disponibilizou a contribuir com nossa pesquisa acerca das relações entre o trabalho doméstico, gênero e raça. Paulinha Ribeiro se identifica como mulher transexual, que além de empregada doméstica, é confeiteira, ativista pelas causas sociais, principalmente voltadas para as pautas LGBTQI+, constituindo-se como uma das coordenadoras do movimento na cidade de Três Lagoas- MS. Uma das primeiras impressões que tivemos com o início da realização das entrevistas, se relaciona ao espaço geográfico onde vivem grande parte (se não a maioria) das trabalhadoras domésticas, no caso, a periferia. Paulinha reside no bairro Santa Terezinha, um dos bairros mais periféricos da cidade de Três Lagoas-MS. Ao circular pelo bairro, notamos o descaso do Estado com a população local, pois, muitas ruas ainda não possuem asfalto, com esgotos a céu aberto e falta de saneamento básico em alguns pontos da região. Ao chegarmos no endereço da trabalhadora, fomos muito bem recebidos e demos início a entrevista na sala de sua casa, situada em uma das ruas de terra do bairro. A partir dos relatos da entrevistada, nos deparamos com algumas das impressões que remetem diretamente ao tema da pesquisa. A primeira pergunta elaborada está relacionada à origem do trabalho doméstico na vida dessas trabalhadoras. Paulinha, nos faz refletir sobre algumas das principais problemáticas levantadas por essa pesquisa, quando em seu relato diz:

Quando eu fui expulsa da minha casa por se tratar de mulher transexual, uma tia me acolheu com uma proposta de... o trabalho doméstico né, que eu exerci na casa dela nos anos 90 e tinha 14 anos *pra* quase 15. Foi bem na época da, da copa de 94 eee, ali, não só me profissionalizei nessa área como minha tia me ensinou né, como... trabalhar né, como trabalhadora doméstica, e toda eficiência que essa área exige né, era o que tinha no momento, não era o que eu sempre sonhei... eee... até hoje eu trabalho como doméstica porque (...) não por comodismo, porque, foi algo que eu aprendi, por fazer melhor.²²

²² Entrevista: Paulinha Ribeiro; realizada pelo autor em 2017.

Percebemos aqui, mediante a resposta da trabalhadora, o quanto o preconceito de gênero que está tão intrínseco em nossa sociedade, influenciou na vida de Paulinha, quando teve que dar início, ainda na pré-adolescência, ao trabalho doméstico. Diante da falta de escolha, Paulinha, com apenas quatorze anos de idade, foi praticamente empurrada ao trabalho doméstico. O que nos traz à tona uma série de problemáticas que vão desde a exploração do trabalho infantil, até mesmo ao preconceito de gênero, que por sua vez, acaba sendo um dos fatores que mais influenciam no que tange a falta de escolha que muitos trabalhadores enfrentam ao serem lançados a própria sorte no mercado de trabalho. Ao perguntarmos sobre os preconceitos sofridos no decorrer de sua experiência profissional como empregada doméstica, Paulinha afirma que se sentiu tão explorada, que em uma das casas onde trabalhou na década de 1990, não podia ficar doente, pois não era permitido faltar, como se adoecer fosse algo que se pudesse evitar para que não perdesse seu emprego.

(...) voltando a minha época, dos anos 90, é, eu fui explorada sim, teve um fato até que eu vou até citar como exemplo, de que eu não poderia ficar doente, que eu não poderia faltar, o tabu de que isso era para mulheres cisgêneras, aí tinha aquele prazo de experiência de um mês né. Mas não era *pra* ver só o meu trabalho, meu trabalho era eficiente, mas *pra* ver a minha conduta, a minha postura e toda aquela imagem negativa que agrega para com as travestis que hoje é um mito (...) ²³.

Outra impressão está intimamente ligada ao caso das mulheres trabalhadoras domésticas transgênero, onde Paulinha afirma que ainda existe um “tabu” muito grande acerca da questão da “imagem” desses sujeitos, conforme ressaltou. As memórias que Paulinha nos empresta para a escrita desse artigo, nos transportam a uma realidade na qual grande parte das mulheres brasileiras estão sendo violentadas de diversas formas. Paulinha salienta que ao longo de seu ofício, sofreu diversos tipos de abusos e explorações:

(...) trabalhei 3 anos e 3 meses nessa casa, saí porque migrei para a cidade de Campo Grande, que eu recebi outra proposta *pra* trabalhar, que também não foi uma experiência tão boa, porque reivindicavam comida, tinha mesquinha e eu não poderia falar em horas *errad...* em...em hora nenhuma, que toda a minha fala era errada e dali eu fui pra Dourados. Trabalhei em Dourados, fui mais explorada ainda, por todas as casas que eu passei da cidade de Dourados eu fui explorada em todos os sentidos. Somente sexual que nunca, porque sempre soube me defender (...) ²⁴.

²³ Ibid., p.1.

²⁴ Ibid., p.2.

Muitas dessas explorações citadas por Paulinha nos remetem a pensar sobre toda a teoria que tivemos acesso através dessa pesquisa. As opressões que vão desde o pré-julgamento até as violências mais atenuantes como o sexismo, a humilhação e a exploração da força de trabalho, aparecem em vários momentos da fala da trabalhadora, que ao longo de sua experiência, passou por inúmeros casos de abusos e preconceitos como descreve. No entanto, Paulinha nem sempre se sentiu oprimida ao exercer sua função como empregada doméstica. Nota-se em suas falas que Paulinha valoriza o seu trabalho. Outro aspecto que vale ressaltar, é que nem sempre as trabalhadoras domésticas se sentem exploradas, nesse caso em específico, Paulinha que já havia passado por inúmeras situações abusivas anteriormente, demonstra reconhecer um certo “zelo” e respeito a sua identidade de gênero, por parte de seus atuais empregadores:

(...) Eles me tratam como pessoas... é... da família. São pessoas que... não vê... é... é... desigualdade, tanto quanto profissional, tanto quanto familiar e muito menos gênero. Porque eu assumi um papel de mulher e mulher estou. Então eles analisam dessa forma. Eu sou uma, dizem eles, que eu sou uma pessoa bastante é... simples e com ... um poder da...do... que concretiza o trabalho né, porque o trabalho doméstico não é um trabalho fácil, você deixar de cuidar da sua pra cuidar da casa dos outros, pra depois vir pra sua casa e dar continuidade aquilo é...é...é ...cansativo...é...né. Mas o que mais me compensa hoje é... saber que tudo que eu tenho foi fruto do meu trabalho²⁵.

O título dessa pesquisa foi previamente elaborado antes de darmos início ao processo de leituras e depois ao processo de entrevistas. No entanto, não esperávamos que o termo “Quase da família” pudesse fazer tanto sentido como fez no decorrer da realização dessas entrevistas, uma vez que praticamente todas as trabalhadoras entrevistadas, em algum momento de suas falas, demonstraram essa sensação de pertencimento à família de seus respectivos empregadores. Mas os preconceitos acerca da questão da identidade de gênero continuam aparecendo no decorrer da entrevista com Paulinha. Quando perguntamos se o fato de ser mulher havia implicado em algum tipo de abuso ou preconceito, Paulinha afirma que *“por mim e pela maioria que eu tenho contato que são empregadas também. É...assumir um papel de mulher num...num país machista e preconceituoso, foi muito difícil pra mim”*²⁶ pois em alguns lugares e momentos foi bem tratada, mas em outros casos sofreu abusos e explorações. Paulinha salienta ainda que os empregadores:

(...) preferem me ter como funcionária doméstica, por não conter, é...padrões feminino, bem como, é... gravidez, filhos né, temos alguns LGBT’S que adotam filhos, travestis e trans. Mas eu não tenho filhos, então é uma preocupação a menos a ele, por que deixar uma criança doente

²⁵ Ibid., p.2

²⁶ Ibid., p.3

em casa e não ir trabalhar, sendo que também eles tem um compromisso na área de trabalho deles é... complica... né²⁷.

Essa é uma das realidades em que a categoria do trabalho doméstico, mas não apenas essa, se inserem, onde em muitos casos as mulheres sofrem com essa recusa por parte dos empregadores, que consideram a gravidez como um fator comprometedor ao desempenho de sua funcionária ou equipe.

Partimos para a segunda entrevista, realizada com a ex-trabalhadora doméstica Marciana Santiago, que atualmente é professora de História e leciona na cidade onde mora, Brasilândia-MS. Conforme ressalta a professora Marciana, no tempo em que trabalhou como empregada doméstica, houveram muitos casos de opressões que vão desde a exploração do trabalho, até casos de racismo que sofreu em uma das casas onde trabalhou, quando ainda era criança. Assim como no caso da empregada doméstica Paulinha, logo de início nos deparamos com mais um caso de exploração do trabalho infantil, quando solicitamos a entrevistada para nos contar um pouco de quando começou a atuar como trabalhadora doméstica:

(...) na realidade eu era muito pequena, ééé... minha mãe ela foi empregada doméstica, muito tempo mesmo, mas eu não tenho assim, nem a dimensão do tempo, porque hoje ela trabalha na creche, mas antes ela sempre foi empregada doméstica, aquela empregada que não só, que limpa a casa, mas que também ia lá pra passar roupa, pra lavar roupa...e eu sempre ia junto com ela, nós somos em três filhos, desses três eu que ia junto com ela pra ajudar né, tanto que enquanto ela passava roupa, eu *tava* até comentando com a Mari, eu lembro assim, eu arrumando também a meia né, arrumando algumas coisas ali. Então, quando eu tinha 7 anos, parece loucura, mas quando eu tinha 7 anos eu comecei cuidar de um menininho, e eu ia e eu ganhava um trocadinho, na casa que minha mãe limpava a casa, aí eu ia pra cuidar desse menininho que era o filho da patroa da minha mãe²⁸.

Marciana ainda era uma criança quando começou a trabalhar para ajudar a sua mãe que exercia a função de empregada doméstica. Outro ponto que notamos em sua resposta, está relacionado a designação de várias tarefas para a mesma trabalhadora, explorada para além do trabalho que havia sido contratada para realizar. Infelizmente, esse tipo de exploração – intensificação do trabalho/jornada – acontece na grande maioria dos casos, e essas trabalhadoras acabam forçadas a aceitarem essas condições abusivas, onde até mesmo as crianças são vítimas, a despeito das leis que limitam o trabalho infantil, e a sociedade parece

²⁷ Ibid., p.3

²⁸ Entrevista: Marciana Santiago, realizada pelo autor em 2017.

se sentir confortável em meio a toda essas relações abusivas e criminosas, conforme percebemos nesse trecho da entrevista:

Aí depois quando eu já tinha 10 anos, ainda eu continuei nessa casa, aí minha mãe foi *pra* uma outra casa pra limpar e aí, eu continuei ali. Então eu estudava no período da manhã com 10 anos e aí, eu ajudava ali na casa, mas aí não era “aquela faxina” então, porque eu era muito pequena, mas eu já comecei com 10 anos. Depois disso, dessa casa, eu fiquei né, lá uns seis anos com essa pessoa né (...) Então primeiro eu fui *pra* cuidar só do filhinho dela, aí depois, quando pensei que não eu já *tava* cuidando da casa também.²⁹

O fato de Marciana ter começado a trabalhar tão cedo nos faz refletir sobre várias questões que apontamos como sendo o cerne desta pesquisa. As mulheres negras e periféricas sofrem não apenas com os preconceitos de classe e gênero, mas ainda com o preconceito racial por gerações, que de fato, ainda é um dos problemas sociais mais graves para a população negra brasileira. O racismo estrutural³⁰ coloca a mulher negra na base da pirâmide social. Não é, portanto, nada incomum que as trabalhadoras domésticas sejam filhas e netas de trabalhadoras domésticas. O trabalho doméstico, mesmo sendo um dos mais precarizados e historicamente desvalorizados, é normalmente tido como a única opção para essas mulheres oprimidas dia após dia pelos preconceitos de classe, gênero e raça imbricados na sociedade. Esse problema estrutural, o racismo que se constituiu na sociedade brasileira a partir do período colonial, agrava ainda mais a situação dessas mulheres, uma vez que sofrem tanto por serem mulheres em uma sociedade patriarcal, quanto por serem negras em uma sociedade racista.

De acordo com o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, os processos de racialização são definidos pelo Estado, com o intuito de marcar estes grupos de populações e categorizá-los como “*espécies*”, “*séries*” e “*tipos*”, estabelecendo ao máximo os limites de onde podem circular, os espaços que podem ocupar, os empregos que podem realizar, determinando assim a circulação desses grupos, visando manter o funcionamento do Estado por meio do controle exercido pelas formas de poder hierarquicamente constituídas pelo elo

²⁹ Ibid., p.1.

³⁰ Racismo Estrutural é um conceito defendido pelo autor Silvio de Almeida (2018), que analisa o racismo como sendo um fenômeno conjuntural que se dá por meio das estruturas sociais, ou seja, é completamente influenciado pelos poderes econômicos, políticos e jurídicos. Podemos utilizar como exemplo, um trecho da fala do próprio autor em entrevista para editora Boitempo quando salienta sobre o fato de que as mulheres negras são as pessoas mais afetadas pelas cargas tributárias no Brasil, uma vez que o sistema tributário funcionando em sua normalidade, ou seja da forma como é constituído, reproduz suas condições de desigualdade que coloca a mulher negra na base da pirâmide social. Segundo o autor, para combater o racismo, é imprescindível analisar os fatos históricos e compreender as questões sócio-culturais, políticas e econômicas, uma vez que o racismo é fruto dos problemas estruturais de nossa sociedade. Para compreender melhor sobre esse conceito, sugerimos a leitura do livro: DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

entre Estado e Capital. Segundo o autor, a partir desse ponto de vista, é possível considerar que “raça, funciona como um dispositivo de segurança fundado naquilo que poderíamos chamar o princípio do enraizamento biológico pela espécie. A raça é, simultaneamente, ideologia e tecnologia do governo”³¹.

As contribuições da socióloga feminista Maria Lugones, que se dedicou aos estudos de gênero sob uma perspectiva decolonial, vão ao encontro das palavras de Achille Mbembe e nos ajuda a compreender melhor essa questão: “A invenção da ‘raça’ é uma guinada profunda, um giro, já que reorganiza as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas por meio da dominação”³². É importante salientar, que ainda que essa realidade das relações de dominação e de violência estabelecidas sob a população negra sejam tão cruéis e desumanas na sociedade brasileira, ainda existem muitas pessoas que acreditam cegamente no mito da democracia racial³³, defendendo que o racismo acabou com a assinatura da lei áurea na segunda metade do século XIX.

O que as memórias da ex trabalhadora doméstica e atual professora de História, Marciana Santiago, faz de melhor, é desconstruir esse mito, quando nos conta alguns dos preconceitos sofridos no tempo em que atuou como trabalhadora doméstica:

Então, é interessante isso né, porque você sofre racismo, sem perceber (...) que é um racismo, que a situação, que aquele olhar né de exclusão, ou assim, por você ser empregada doméstica né, aí acaba te desqualificando, então você percebe isso do seu próprio patrão, ou da sua própria patroa e por ser negra ainda mais né.³⁴

É importante destacar através dessa fala que o racismo pode ser reproduzido de diversas formas. No entanto, muitas trabalhadoras não possuem a mesma consciência e empoderamento que Marciana possui hoje. Esse é um outro ponto importante que notamos através dessa pesquisa, quando a ex trabalhadora reconhece que:

³¹ MBEMBE, Achille. **A crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 3. ed., 2014, p.71.

³² LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. In: Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais /organização e apresentação Heloísa Buarque de Hollanda; Traduzido por Pê Moreira: 1.ed. - Rio de Janeiro:Bazar do tempo, 2020, p.56.

³³ A partir de pesquisas realizadas pelo Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 2005), a ONU reconheceu publicamente que a democracia racial no Brasil é um mito. O “Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência”, trouxe à tona dados à respeito das desigualdades sociais e raciais, como por exemplo: “cerca de 30 mil brasileiros são assassinados por ano e dentre essas mortes violentas, a grande maioria das pessoas assassinadas são pobres, moradores de favelas ou sem-teto, negras e possuem idades entre 15 e 24 anos. Ver mais em : PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência**. Disponível em: http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHBrasil. Acesso em: 02 agosto de 2020.

³⁴ Ibid., Entrevista Marciana, 2017, p.3

(...) eu só tive essa consciência mesmo, depois do curso de História sabia? Depois que eu fui tendo algumas leituras, participando de algum debate, do que era Racismo, do que não era e da própria construção de identidade. Aí foi onde eu poxa, então aquela situação realmente foi constrangedora, aquela situação foi preconceituosa, racismo e tal (...).³⁵

Talvez, sem essa consciência de identidade de sua negritude, de pertencimento racial e dos próprios preconceitos incrustados na sociedade, Marciana nunca teria identificado quando e onde já havia sido vítima desses casos que relata em suas falas. Sobretudo, é importante salientarmos o quanto o trabalho doméstico ainda é um dos principais mecanismos que mantém o racismo no mundo do trabalho. Através desses relatos, nos deparamos com a desumanização que o mundo do trabalho ainda se perpetua, principalmente no que se diz respeito aos sujeitos marginalizados e as minorias sociais como um todo, que sofrem julgamentos e preconceitos, como nesse outro caso de racismo descrito pela ex-trabalhadora doméstica:

Teve uma casa que eu trabalhei, que eu era muito amiga da menina dela, porque eu era da faixa etária né, eu *tava* limpando né, mas, a (...) que a patroa tinha uma filha, e ela era mais ou menos da minha idade. Eu *tava* com 11 anos (...) A gente brincava demais e aí eu ficava lá. E aí eu limpava e depois eu ficava brincando com essa menina também e tal. Aí teve uma vez que eu cheguei e ela falou *pra* mim que tinha sumido um... relógio. Essa é a mulher que a minha mãe (antes de mim), ela trabalhou lá anos, então tipo assim, ela (...) conhecia a minha família né, toda essa questão, enfim. Aí ela me chamou *pra* conversar... mas aí daquele jeito assim: “ah Marciana, é que às vezes, você pode ter pego o relógio pra comprar algum doce, pra comprar alguma coisa, ou sem querer e tal, porque o relógio (era do marido dela), porque o relógio do J. , *tava* assim do lado, e só foi você que limpa, a gente confia” e não sei o quê, nossa isso me marcou muito.³⁶

As memórias relacionadas a esse caso em específico são tão fortes, que a entrevistada chora ao nos relatar esse caso. Suas lágrimas nos marcam profundamente, mas trazem a segurança do quanto a voz do oprimido também é uma forma de resistência, pois confronta todo o silenciamento histórico que as mulheres e o povo negro sofreram ao longo dos séculos. Para Marciana esse foi um dos inúmeros casos de abusos e preconceitos que sofreu no campo do trabalho doméstico, no entanto, parece ter sido o mais marcante dentre eles devido ao teor completamente racista, que talvez seja um dos piores crimes a serem cometidos a uma pessoa, e uma das piores formas de injustiça conforme ressalta em sua fala:

Isso marcou muito sabe? Eee... aí eu fui falando né “Não, eu não peguei o relógio” e tal. Aí eu lembro que eu cheguei em casa, aí ela falou: “Não então

³⁵ Ibid., p.3

³⁶ Ibid., p.4.

vamo fazer o seguinte, eu vou te levar na sua casa e você vai procurar, porque as vezes você pegou enganado” e tal. E eu com a cabeça de *moleca*, cheguei em casa, conversando com a minha mãe, procurando... olha que besta, eu falei nossa que... aí hoje eu vejo e (...) o que que ela fez com a minha cabeça? Né, que eu... sabia que eu não tinha pego, mas o ato dela falar “não as vezes você pegou enganado”, as vezes não sei o que, e aí eu fiquei procurando né, no guarda roupa, aí eu falei nossa mãe, mas será que eu peguei né?³⁷

Nesse caso, destaca-se nesse presente artigo, devido a sua magnitude diante toda a problemática do preconceito racial que atinge essa categoria. Ainda sobre a atitude racista perpetuada pela patroa de Marciana, outra impressão que encontramos em seu relato explica de forma direta o motivo de nomearmos essa pesquisa como “Quase da família: Memórias e impressões de trabalhadoras domésticas e as relações entre Trabalho, Gênero e Raça”:

Menino, no outro dia ela não achou o relógio? E aí eu fiquei, essa história assim, eu sempre lembro né, falo, nossa! Porque, é essa é a questão né. Ao mesmo tempo que você é aquela pessoa, eles tentam de tratar como da família, pode ver, não sei se você tem isso na família, alguém que trabalha *pra* fora não sei, a questão de empregada doméstica, porque tem essa questão “não ela é (igual, quando eu cuidava desse menino), aí é a nossa Tata”, né...tem essas falas que tentam te trazer como da família, mas quando acontece alguma coisa, sempre é você, já te acusam! Então essa foi uma das situações né, teve inúmeras, inúmeras, inúmeras, dessas questões assim³⁸.

Conforme ressalta em sua fala, grande parte dos trabalhadores domésticos sofrem diversas formas de preconceito, no entanto, muitos são tratados de forma que se reconheçam como “quase, ou da família”, enquanto resquícios do mito da democracia racial ao modo “casa grande e senzala”, até que percebam que essa é apenas uma impressão, ou que não servem mais aos interesses de seus respectivos patrões. Marciana relata ainda que sofreu outras formas de abuso no tempo em que atuou como trabalhadora doméstica:

Então eu tinha uma patroa que ela fazia questão que eu pegasse uma escova de dente e não tem aquelas dobrinhas assim... do piso? (...) Passasse a escovinha de dente (...) no piso também. Mas o interessante não é isso. Depois ela ia conferir, então se eu não tivesse feito bem feito, né, ela ia lá e eu tinha que refazer o serviço até ela achar que tava, perfeito. Assim como mexia com livraria e tal. E aí você percebia que tava limpo, que era exagero, então, eu acho que além dessa exploração mesmo da condição de trabalho e tudo mais, havia, essas situações mesmo que não eram esporádicas né, acontecia direto³⁹.

³⁷ Ibid., p.4.

³⁸ Ibid., p.4

³⁹ Ibid., p.4

São muitas as formas de abuso relatadas por essas trabalhadoras. Entretanto, é importante ressaltar que nem todas trabalhadoras domésticas que entrevistamos se sentiram à vontade para falar sobre suas experiências como trabalhadoras domésticas. No caso da Paulinha Ribeiro e da Marciana Santiago, por mais dolorosas que fossem algumas de suas memórias, percebemos uma certa tranquilidade em relatar os casos de opressão que sofreram no decorrer de suas experiências como trabalhadoras domésticas. No entanto, nas outras duas entrevistas que realizamos, as trabalhadoras preferem não serem identificadas pelos seus respectivos nomes, pois alegam sentir medo de perderem seus empregos. O que percebemos é que essa confiança, talvez esteja ligada ao fato de que tanto Paulinha como a Marciana, além de já conhecerem como funciona o processo de realização de entrevistas e transcrição das mesmas, se sentiram confortáveis, pois conhecem as pessoas envolvidas no projeto e por isso confiam nessas pessoas.

Nos outros dois casos, essas trabalhadoras foram contatadas através de indicação em rede, de uma outra pessoa, e mesmo sendo informadas no momento das entrevistas que toda informação coletada não necessitaria ser vinculada aos seus respectivos nomes verdadeiros, ambas se sentiram mais constrangidas e falaram bem menos que as outras duas entrevistadas. No entanto, mesmo com todo receio dessas trabalhadoras, notamos nas entrelinhas algumas semelhanças com os casos descritos nas entrevistas anteriores, como nessa fala, quando a trabalhadora L. nos relata sobre como deu início às atividades como trabalhadora doméstica:

Assim (...) acho que eu tinha (...) eu não lembro bem a data, sabe? (...) toda vida eu trabalhei, eu vim de uma família humilde e tudo, e minha mãe sempre ensinou, desde pequena, assim, a gente trabalhar né! Então eu sempre trabalhei, um período, numa fábrica de doces, aí fechou a fábrica, aí pra não ficar parada né (...) a gente quando quer trabalhar, qualquer trabalho que vem, sendo bem é... sendo digno, então né? (...) ⁴⁰.

Ainda que L. não se lembre da data em que iniciou no trabalho doméstico, em sua fala notamos que ela também começou a trabalhar muito cedo nessa categoria, e percebemos ainda que essa não foi uma escolha, mas assim como nos outros casos, justamente a falta de escolha que a levou a trabalhar como empregada doméstica. Quando perguntamos se L. havia sofrido algum tipo de preconceito ou se foi explorada de alguma forma durante o período em que atuou como trabalhadora doméstica, a resposta de L. foi: "Não. Graças a Deus não. Eu sempre encontrei pessoas boas, trabalhei com pessoas boas assim, que me considerava como da

⁴⁰ Entrevista: L; realizada pelo autor em 2018.

família mesmo sabe, não era como empregada, era como da família mesmo”⁴¹. Novamente a sensação de pertencimento à família, quando a realidade é o mundo do trabalho doméstico, carregado de problemas ainda não solucionados mesmo após a regulamentação da Lei Complementar nº 150/2015 e outros avanços no campo legislativo acerca dessa categoria. Outro ponto que nos chamou bastante a atenção nessa entrevista, no que tange às relações de gênero acerca do trabalho doméstico, está relacionado à ideia de culpabilização da vítima, como é notável nessa resposta à pergunta se em algum momento teria sofrido algum tipo de abuso ou assédio devido ao fato de ser mulher:

Não acho que não. Acho que isso vai muito da pessoa, né, vai de pessoa por pessoa. Eu acho assim, a pessoa tem que saber se colocar em qualquer situação, em qualquer trabalho, em qualquer lugar. Se você der entrada, é lógico que o patrão vai vir com (...) tá entendendo?⁴²

L. não deve ser prejudgada por reproduzir essa ideia de culpabilização da vítima, pois essa é uma das muitas ideias que o patriarcado como sistema tão enraizado em nossa sociedade, faz com que se tornem parte do senso comum, e por isso muitas mulheres, que sofrem o tempo inteiro com o silenciamento e diversos tipos de abusos acerca do machismo, também acabam reproduzindo algumas dessas falas. Na última entrevista que realizamos, notamos um receio ainda maior do que no caso anterior, pois a entrevista não durou mais do que cinco minutos.

A partir de um estudo mais aprofundado sobre a questão da Memória enquanto categoria de análise histórica, notamos que é muito comum, nos depararmos com as questões da seletividade das memórias, do esquecimento e das próprias subjetividades que os relatos orais carregam em si em uma pesquisa realizada a partir da história oral. De acordo com Pollack:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.⁴³

O que compreendemos a partir dessas discussões realizadas sobre os usos dos relatos orais em pesquisas históricas e principalmente acerca da memória, é que esta última, é

⁴¹ Ibid., p.2

⁴² Ibid., p.3

⁴³ POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, v.2, n.3, 1989, p.08.

sempre carregada de uma série de influências que partem não apenas dos relatos, mas também do próprio historiador que se debruça sobre esses relatos para realizar a escrita de determinada história. Entendemos a história, assim como Pollack que a define como “uma representação do passado”, enquanto a memória “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”.⁴⁴ Lidar com a memória é também lidar com o esquecimento, que na maioria dos casos, ocorre como uma espécie de mecanismo de defesa realizado pelos sujeitos que se dispõem a serem entrevistados. Além das perguntas terem sido respondidas de maneira bastante sucintas, era notável o receio completo na fala da entrevistada, que aparentemente não quis relatar (em detalhes) nenhum caso de abuso sofrido. Talvez ela realmente nunca tenha sofrido nenhum tipo de opressão mais grave, mas diante a realidade do trabalho doméstico como historicamente é conhecida, pode ser que o receio em sua fala esteja intimamente ligado ao fato de que a entrevistada e o pesquisador não se conhecem, e talvez por esse motivo, a mesma não se sentiu à vontade para ceder tantos detalhes sobre suas memórias.

Essas impressões surgem quando perguntamos se já havia se sentido explorada de alguma forma no que se diz respeito ao trabalho doméstico e nos deparamos com a resposta: “No começo sim, no começo eu trabalhei numa casa, a mulher humilhava muito eu. Aí eu fiquei onze meses, aí, eu vi que a gente não precisa dos outros, nós tem Deus né? Aí caí fora e Deus já preparou outro”⁴⁵. Nota-se que mesmo sendo um caso antigo, do qual a trabalhadora doméstica já não trabalha mais nessa casa, o receio ainda existe, talvez devido ao fato de que os empregadores não aceitam que critiquem suas ações e se isso acontecer, podem acabar prejudicando ainda mais esses trabalhadores através de demissões ou outras formas de prejudicá-las. Novamente nos deparamos com a questão da ideia de pertencimento a família na fala de R., “hoje eu tenho uma patroa, as patroas, duas patroas muito boa, que me tem como seu eu fosse assim, da família sabe? Assim, muito boa. Não tenho o que dizer dela”⁴⁶.

Outro ponto em que é importante tocarmos, é em relação ao registro em CLT, que por lei, atualmente é previsto para a categoria. Já salientamos que desde a regulamentação da Lei Complementar nº150, de 1º de junho de 2015, os trabalhadores domésticos conquistaram importantes direitos para sua categoria, no entanto, conforme notamos a partir das memórias dessas trabalhadoras, na prática, o que continua ocorrendo são diversos casos de exploração.

⁴⁴ Ibid. p.08.

⁴⁵ Entrevista: É., realizada pelo autor em 2018.

⁴⁶ Ibid., p.1

Ao perguntarmos para a trabalhadora doméstica R. se dentre o período em que trabalhou nessa categoria, sempre teve carteira assinada, ou se já trabalhou sem registro, fomos surpreendidos com a seguinte resposta: “Não, tive carteira assinada e agora nois trabalha sem registro⁴⁷”. O que traz à tona a exploração do trabalho mesmo após a regulamentação da lei em 2015. A primeira trabalhadora doméstica que entrevistamos, Paulinha Ribeiro, ressalta que atualmente trabalha com carteira assinada, entretanto, antes da promulgação, só havia sido registrada por duas empregadoras : “(...) eu tive duas vezes pela Simone e pela Juliana, carteira assinada, pelas demais não, elas diziam assim: “ olha eu te dou o trabalho, mas não te garanto a sua carteira assinada⁴⁸”.

No caso de Marciana foi ainda pior. Quando perguntamos a ela sobre a questão do registro em CLT, descobrimos que, em nenhuma casa onde trabalhou, foi registrada em carteira: “Nenhuma das vezes! Você acredita? Isso também eu acho que depois de maior que eu fui cair a ficha disso. Eu só tinha...a minha primeira carteira assinada é no comércio⁴⁹. Além disso, afirma que não tinha horário certo para sair em algumas das casas onde trabalhou, em alguns casos, chegou a passar a noite trabalhando na casa, cuidando do filho da patroa. Fica nítida a exploração uma vez que além de ultrapassar as oito horas de trabalho previstas por lei, acabava realizando tarefas além das que havia sido contratada para realizar, conforme ressalta em sua fala:

(...) se tinha alguma festa na cidade, aí ela queria sair com o marido dela e ela tinha um outro filho, aí ela me pediu *pra* pousar na casa dela, pra ficar com o filho dela e tudo mais. Acredita que eu nunca recebi nenhuma bala por isso? Então muitas vezes eu até deixava de ir *pra* uma festa, até deixava de ir (...) né? *Pra* cuidar do filho dela. Nunca recebi uma “bala” entendeu? Olha eu não *to* exagerando, então assim, essa questão de hora extra? Imagina... porque assim, a diarista tem essa questão é: “ah você tem que fazer a faxina da casa, se tiver... se for *pra* você sair daqui meia noite, *cê* vai sair meia noite”. Mas no caso dessa... desse emprego, eu ia todos os dias. Então numa primeira fase era só *pra* cuidar do menino. Quando *cê* pensa que não, *cê* já *tava* limpando a casa da mulher, porque ela pedia, não era por que você, né, ia lá e tal⁵⁰.

Conforme nos relatou, Marciana foi contratada por uma de suas empregadoras para cuidar de uma criança, mas em pouco tempo, já foi incumbida de outras funções, chegando a trabalhar todos os dias da semana, não só cuidando do filho da patroa, como limpando a casa e fazendo diversos outros serviços domésticos sem receber nenhum pagamento. Esses são

⁴⁷ Ibid., p.3

⁴⁸ Entrevista Paulinha Ribeiro, 2017, p.3.

⁴⁹ Entrevista Marciana Santiago, 2017, p.4.

⁵⁰ Entrevista Marciana Santiago, 2017, p.2.

alguns dos relatos que nos faz refletir sobre o trabalho doméstico, como um trabalho que em plena atualidade ainda traz muitos resquícios da escravidão.

Muitas mulheres negras, moradoras de periferia, advindas de ciclos migratórios, na falta de oportunidade de estudarem e se profissionalizarem em outras áreas de seus próprios interesses, são praticamente empurradas ao trabalho doméstico como forma de ganharem o seu sustento. Quando estão exercendo a função como empregadas domésticas, chegam a trabalhar “24 horas por dia” (conforme foi relatado por Marciana e Paulinha) e na maioria das vezes, sem receber qualquer valor adicional de hora extra, ou até mesmo o seu próprio salário.

A partir das entrevistas e do material bibliográfico que levantamos ao longo dessa pesquisa, notamos o quanto essas relações de exploração, desigualdades e preconceitos, ainda são muito presentes na realidade do trabalho doméstico remunerado no Brasil. A primeira que entrevistamos, Paulinha Ribeiro, também nos relatou um caso semelhante ao de Marciana, quando perguntamos sobre as jornadas de trabalho que exerceu como empregada doméstica:

(...) no passado eu fui explorada de todas as espécies, remuneração, carga horária, entendeu... eu já cheguei a trabalhar numa casa 24 horas que teve festa eu não pude dormir teve que limpar, foi o que (...) uma antiga patroa M., é... impôs, “não, deixa tudo limpo, que eu vou dormir” então eu tive que limpar né.⁵¹

Essas são algumas das inúmeras semelhanças que encontramos dentre as quatro entrevistas que realizamos, e que nos levam a perceber o quanto é comum a exploração no campo do trabalho doméstico. E ainda, no quanto é comum a ideia de que se o empregador aparenta demonstrar um certo nível de respeito ou afeto pelo empregado, esse trabalhador, que em outras casas já sofrera tanta humilhação e exploração, acaba se sentindo como da família, quando na verdade, deveria ser natural o respeito ao seu trabalho, que é tão digno quanto qualquer outro, mas que ainda é tão desvalorizado no Brasil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O principal objetivo dessa pesquisa não foi o de escrever uma história total das trabalhadoras domésticas de Três Lagoas - MS, mas sim, tentar permitir que as vozes dessas trabalhadoras domésticas rompam minimamente com o enorme silenciamento histórico que ainda sofrem enquanto mulheres (na maioria dos casos, mulheres negras) e empregadas domésticas. Por meio de suas memórias, trazemos à tona algumas dessas tantas formas de

⁵¹ Entrevista Paulinha Ribeiro, 2017, p.2.

preconceitos e explorações que infelizmente, ainda seguem prejudicando as pessoas que exercem sua força de trabalho nessa categoria. Das opressões e preconceitos sofridos por elas, de acordo com os seus relatos, nos deparamos com o racismo, o machismo, a transfobia, o sexismo, a permanência ou naturalização do trabalho infantil e a ausência de profissionalização ou reconhecimento legal das trabalhadoras. Sendo assim, é possível notar que mesmo após o advento da Lei Complementar nº 150/2015, ainda persistem os casos de exploração. Alguns nem sempre visíveis, outros bastante explícitos, mas infelizmente, a exploração e a desvalorização acerca dessa categoria ainda permanecem, mesmo que passando por várias mudanças.

Em contrapartida, foi importante encontrar alguns vestígios que nos mostram o quanto foi e ainda é crucial toda luta por direitos humanos e trabalhistas, todas as formas de resistência. Com tantas memórias que nos trazem à tona impressões de situações que nos chocaram, como os casos de racismo e de exploração que escutamos, percebemos a dimensão da responsabilidade dos movimentos que lutam contra essas formas de opressões.

Sendo a memória tomada aqui como força histórica, esperamos ter despertado, tanto nas entrevistadas quanto nos leitores e leitoras deste presente trabalho, a quebra de um silêncio que nos ronda, uma reflexão acerca da exploração do trabalho doméstico como algo não natural, cujas origens podem ser orientadas nas categorias heurísticas de classe, gênero e raça. Promover esta relação entre teoria e realidade não implica forçar encaixes teóricos, ao contrário, possibilita desconstruir mitos, reunir um grupo de memórias e relações sociais num campo de força que possa gerar um resultado para além de uma simples análise, pois acreditamos na força da ciência, na potência da denúncia, indo ao encontro com o poeta Bertolt Brecht, que afirmou em sua obra *A vida de Galileu*⁵²: “Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”.

⁵² BRECHT, Bertolt. *A vida de Galileu*. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1977.